



## *Licenciatura* *2016-2017*

### **DIREITOS FUNDAMENTAIS**

2º Semestre / Turma Dia

Regente: David Duarte

Colaboradores: Cláudia Monge, Jorge Sampaio, Miguel Raimundo, Pedro Delgado Alves

#### **Programa**

Parte I – Teoria das normas de direitos fundamentais

0: Introdução

1: Aspectos preliminares da teoria da norma

1.1: Enunciado normativo e norma

1.2: Estrutura da norma: elementos objectivos

1.3: Estrutura da norma: elementos subjectivos

1.4: Análise linguística e conteúdo da norma

1.5: Algumas classificações de normas

1.6: Em especial: normas regra e de princípio

2: Normas de direitos fundamentais

2.1: Noção: propriedades constitutivas do conjunto

2.2: Normas de direitos fundamentais e operador deôntico

2.3: Normas de direitos fundamentais e sujeitos

2.4: Normas de direitos fundamentais e posições jurídicas

2.4: Algumas classificações de normas de direitos fundamentais

2.5: Em especial: normas regra e de princípio

2.6: Em especial: normas de direitos de liberdade e de direitos sociais

3: Normas sobre normas de direitos fundamentais

3.1: Noção: propriedades constitutivas do conjunto

3.2: Normas de competência

3.3: Normas de definição de âmbito

3.4: Normas de promoção

3.5: Normas reguladoras

- 3.6: Normas suspensivas
- 3.7: Normas sancionatórias
- 4: Conflitos de normas de direitos fundamentais
  - 4.1: Pressupostos do conflito de normas
  - 4.2: Conflitos normativos e derrotabilidade
  - 4.3: Conflitos resolúveis por normas de conflitos
  - 4.4: Conflitos normativos remanescentes
- 5: Ponderação de normas de direitos fundamentais
  - 5.1: Operação de ponderação
  - 5.2: A fórmula do peso como metódica da ponderação
  - 5.3: Norma da ponderação
- 6: Restrições a normas de direitos fundamentais
  - 6.1: Restrição como categoria geral
  - 6.2: Restrição e outras categorias
  - 6.3: Modalidades de restrição
  - 6.4: Restrição e derrotabilidade

## Parte II – As normas de direitos fundamentais no direito português

- 7: A organização das normas de direitos fundamentais
  - 7.1: As normas constitucionais
    - 7.1.1: Determinação do conjunto formal
  - 7.2: A norma de abertura
    - 7.2.1: Critérios materiais: análise
    - 7.2.2: Conteúdo da norma e efectividade normativa
  - 7.3: A organização ordenatória: a norma permissiva geral e as demais
    - 7.3.1: A norma permissiva geral e as normas permissivas especiais
    - 7.3.2: A permissão geral e as normas de imposição e de proibição
  - 7.4: A organização sistemática: normas de direitos de liberdade e de direitos sociais
    - 7.4.1: Critérios materiais: análise
    - 7.4.2: As categorias e as consequências de regime
- 8: As normas sobre normas de direitos fundamentais: normas gerais
  - 8.1: As normas de definição de âmbito material
    - 8.1.1: A norma integrativa: sentido da integração
    - 8.1.2: A norma interpretativa: resolução de incertezas linguísticas
  - 8.2: As normas de definição de âmbito subjectivo
    - 8.2.2: A norma de universalidade
    - 8.2.3: Normas excepcionais

- 8.3: As normas de promoção
  - 8.3.1: As normas das tarefas estaduais
  - 8.3.2: As normas especiais de promoção
- 8.4: As normas reguladoras
  - 8.4.1: A norma de igualdade
- 8.5: As normas de suspensão
  - 8.5.1: Condições da suspensão
  - 8.5.2: Âmbito da suspensão
- 8.6: As normas sancionatórias
  - 8.6.1: Em especial: o dever de indemnizar
- 9: As normas sobre normas de direitos de liberdade
  - 9.1: As normas de competência
  - 9.2: As normas sobre restrição
    - 9.2.1: Generalidade e abstracção
    - 9.2.2: Retroactividade
    - 9.2.3: Conteúdo essencial
    - 9.2.4: Previsão expressa
    - 9.2.5: Proporcionalidade
- 10: As normas sobre normas de direitos sociais
  - 10.1: As normas de competência
  - 10.2: As normas reguladoras
    - 10.2.1: Proporcionalidade

### **Referências bibliográficas gerais**

#### **Alchourrón, Carlos / Bulygin, Eugenio**

- 1991. Permisos y Normas Permisivas. *Análisis Lógico y Derecho*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 215-238.

#### **Alexandrino, José Alberto**

- 2007. *Direitos Fundamentais*. Estoril: Principia.

#### **Alexy, Robert**

- 2005. Balancing, Constitutional Law, and Representation. *International Journal of Constitutional Law*. 3. 572-581.

- 2003. On Balancing and Subsumption. A Structural Comparison. *Ratio Juris*. 16. 433-449.

- 2003. Constitutional Rights, Balancing, and Rationality. *Ratio Juris*. 16. 131-140.
- 2003. On Balancing and Subsumption. A Structural Comparison. *Ratio Juris*. 16. 433-449.
- 2002. *Theory of Constitutional Rights*. Oxford: Oxford University Press.

**Bilchitz, David**

- 2008. *Poverty and Fundamental Rights*. Oxford: Oxford University Press.

**Borowski, Martin**

- 2011. Derechos de Defensa como Principios de Derecho Fundamental. *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales*. Edición de Jan Sieckmann. Madrid: Marcial Pons. 93-118.
- 2000. La Restricción a los Derechos Fundamentales. *Revista Española de Derecho Constitucional*. 20. 29-56.

**Brożek, Bartosz**

- 2004. *Defeasibility of Legal Reasoning*. Krakow: Zakamycze.

**Canotilho, José Joaquim Gomes / Moreira, Vital**

- 2007. *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 4ª edição. I. Coimbra: Coimbra Editora.

**Clérico, Laura**

- 2011. Sobre la Prohibición por Acción Insuficiente por Omisión o Defecto y el Mandato de Proporcionalidad. *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales*. Edición de Jan Sieckmann. Madrid: Marcial Pons. 169-222.
- 2009. *El Examen de Proporcionalidad en el Derecho Constitucional*. Buenos Aires: Eudeba.

**D'Almeida, Luís Duarte**

- 2016. Fundamental Legal Concepts: The Hohfeldian Framework. *Philosophy Compass*. 11. 554-569.

**Duarte, David**

- 2016. Structuring Addressees in Fundamental Rights Norms: An Application. *Fundamental Rights Justification and Interpretation*. Edited by Kenneth Himma and Bojan Spaic. Den Haag: Eleven International Publishing. 83-94.
- 2010. Normative Conditions of Balancing: Drawing Up The Boundaries of Normative Conflicts That Lead to Balances. *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*. Edited by Jan Reinard Sieckmann. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 51-62.

**Ferrajoli, Luigi**

- 2001. Fundamental Rights. *International Journal for the Semiotics of Law*. 14. 1-33.

**Hohfeld, Wesley**

- 1917. Fundamental Legal Conceptions as Applied in Judicial Reasoning. *Yale Law Journal*. 710-770.



**Martinez Zorrilla, David**

- 2011. The Structure of Conflicts of Fundamental Legal Rights. *Law and Philosophy*. 30. 729-749.

**Miranda, Jorge / Medeiros, Rui**

- 2005. *Constituição Portuguesa Anotada*. I. Coimbra: Coimbra Editora.

**Moreso, Juan Jose**

- 2007. Alexy y la Aritmética de la Ponderación. *Derechos Sociales y Ponderación*. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo. 223-248.

**Novais, Jorge Reis**

- 2010. *Direitos Sociais*. Coimbra: Coimbra Editora.

- 2003. *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora.

**Pino, Giorgio**

- 2010. *Diritti e Interpretazione*. Bologna: Il Mulino.

**Rivers, Julian**

- 2012. Constitutional Rights and Statutory Limitations. *Institutionalized Reason. The Jurisprudence of Robert Alexy*. Edited by Matthias Klatt. Oxford: Oxford University Press. 248-273.

**Ross, Alf**

- 1958. *On Law and Justice*. London: Stevens & Sons Limited.

**Silva, Vírgilio Afonso da**

- 2011. Comparing the Incommensurable: Constitutional Principles, Balancing and Rational Decision. *Oxford Journal of Legal Studies*. 31. 273-301.